



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

73
70

Agravo de instrumento nº 331969-3 – Comarca de Olinda

Agravante: Estado de Pernambuco.

Agravada: K.L.G.S. (Criança/ Adolescente).

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO DA MEDICAÇÃO DEPAKOPE ER. PORTADOR DE EPILEPSIA REFRATÁRIA AO TRATAMENTO MEDICAMENTOSO SECUNDÁRIO A COMPLEXO ESCLEROSE TUBEROSA. PRESERVAÇÃO DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE. DEVER DO ESTADO. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 18 DO TJPE. MULTA FIXADA NO VALOR DE R\$ 1.000,00 (MIL REAIS). RAZOABILIDADE. AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. A Lei nº 8.080/90, em seus arts. 4º e 7º, XI, determina a conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na prestação de assistência à saúde da população. 2. A agravada é portadora de epilepsia refratária ao tratamento medicamentoso secundário a complexo esclerose tuberosa, não dispondo de condições financeiras para aquisição dos medicamentos indispensáveis ao seu tratamento e devidamente prescritos. 3. O Poder Judiciário não adentra no mérito administrativo da questão posta, já que sua conduta é direcionada à observância da legalidade, porquanto a saúde é um direito garantido pela Carta Magna a todos, conforme proclama o seu art. 196. 4. É lícito ao magistrado fixar *astreintes* contra a Fazenda Pública com o objetivo de assegurar o adimplemento da obrigação de fazer consistente no fornecimento de medicamentos, não havendo que se falar em ônus excessivo na espécie. Por fim, inexistente qualquer afronta à reserva do possível na hipótese em tela, pois este princípio de cunho orçamentário deve ser afastado quando se está diante da garantia do mínimo existencial. 5. Observância da Súmula 18 deste Sodalício, e na reiterada jurisprudência do STJ e do STF. 6. Agravo de instrumento improvido. 7. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do agravo de instrumento nº 331969-3, acima mencionado, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e à unanimidade, em negar-lhe provimento, nos termos da ementa supra, do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 19 de 06 de 2014


Des. Ricardo Paes Barreto - Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

69
✓

Agravo de instrumento nº 331969-3 – Comarca de Olinda

Agravante: Estado de Pernambuco.

Agravada: K.L.G.S. (Criança/ Adolescente).

RELATÓRIO

Cuida-se de agravo de instrumento diante da decisão que deferiu a liminar requerida, no sentido de determinar o fornecimento do medicamento DEPAKOTE ER a agravada, portadora de epilepsia refratária ao tratamento medicamentoso secundário a complexo esclerose tuberosa, na forma prescrita às fls. 20, sob pena de pagamento de multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Em suas razões, de fls. 02/08, sustenta o agravante a exorbitância da multa diária fixada, bem como a ausência dos pressupostos autorizadores da concessão liminar, aduzindo que a prescrição fora dada por médico privado, além do que alguns medicamentos não constam das listagens oficiais do SUS, alegando, ainda, ofensa aos princípios da isonomia, da separação dos poderes, da universalidade de acesso à saúde e da reserva do possível, requerendo, ao final, a atribuição do efeito suspensivo ao presente recurso de agravo de instrumento e, no mérito, o seu provimento a fim de reformar em definitivo a decisão impugnada.

Acosta documentos de fls. 09/31.

Contrarrazões às fls. 45/55, pela manutenção da decisão de origem em todos os seus termos.

Parecer ministerial às fls. 59/64, pelo não provimento do agravo de instrumento.

É o relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 4 de junho de 2014

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

74
20

Agravo de instrumento nº 331969-3 – Comarca de Olinda

Agravante: Estado de Pernambuco.

Agravada: K.L.G.S. (Criança/Adolescente).

VOTO

De início, cumpre ressaltar que a Lei nº 8.080/90, em seus arts. 4º e 7º, XI, determina a conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na prestação de assistência à saúde da população.

Em outras palavras, a responsabilidade questionada é solidária nos três níveis federados, aos quais cabe, a nível administrativo, as eventuais e conseqüentes compensações.

No mais, vislumbro que, no caso concreto, o togado singular não adentra no mérito administrativo da questão posta, já que sua conduta é direcionada à observância da legalidade, porquanto a saúde é um direito garantido pela Carta Magna a todos, conforme proclama o seu art. 196.

Extrai-se dos autos que a agravada é portadora de epilepsia refratária ao tratamento medicamentoso secundário a complexo esclerose tuberosa, não dispondo de condições financeiras para aquisição dos medicamentos indispensáveis ao seu tratamento e devidamente prescritos, conforme receituário de fls. 20.

Nesse passo, o fato de alguém necessitar de tratamento inadiável, aliado ao impostergável dever do Estado de assegurar a todos os cidadãos, especialmente os mais carentes, o direito à saúde, justifica a imposição ao ente público da obrigação de disponibilizar os meios necessários ao tratamento adequado ao caso, fornecendo-lhes, sobretudo em casos como o figurado em tela, os meios necessários para garantir-lhes melhor qualidade de vida, diminuindo os sofrimentos de que padecem, em atenção, ainda, aos ditames constitucionais que priorizam a dignidade da pessoa humana.

O entendimento firmado pelo STJ é no sentido de que a negativa no fornecimento de medicamento urgente, que possa levar o paciente à morte, implica em desrespeito ao direito fundamental de acesso universal e igualitário à saúde, garantido constitucionalmente, que é de responsabilidade do Estado (Confira-se: MC 14015/SP, T2, rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 24/03/2009 e EDcl no AgRg no Ag 1105616/SC, T2, rel. Min. Herman Benjamin, DJ de 03/06/2013).

Outrossim, mesmo que o procedimento não esteja previamente elencado pela Administração ou mesmo que existam outras formas de tratamentos alternativos disponibilizadas pelo SUS, não há óbice ao fornecimento pleiteado, eis que a garantia à saúde e, em última análise, à vida, é ampla e irrestrita, não cabendo à Administração erguer barreiras burocráticas ensejando obstaculizar ou mesmo impedir o tratamento adequado, notadamente na hipótese do cidadão ser portador de moléstia grave, sendo estritamente necessário o procedimento prescrito.

~

Cabe ao Estado, portanto, destinar recursos suficientes em seu orçamento para não inviabilizar o fornecimento de medicamentos ou congêneres em hipóteses tais, já que, o ser humano é a única razão do Estado.

Ressalte-se, ainda, que a decisão agravada está pautada nos termos do contido na Súmula nº 18 deste Sodalício, que dispõe "*É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial*", fazendo ver que o agravante não traz no bojo de suas razões recursais qualquer elemento capaz de infirmar substancialmente a pretensão deduzida e deferida na origem.

Quanto à alegada exorbitância da multa diária arbitrada, faço ver que é lícito ao magistrado fixar *astreintes* contra a Fazenda Pública com o objetivo de assegurar o adimplemento da obrigação de fazer consistente no fornecimento de medicamentos, não havendo que se falar em ônus excessivo na espécie.

Por fim, inexistente qualquer afronta à reserva do possível na hipótese em tela, pois este princípio de cunho orçamentário deve ser afastado quando se está diante da garantia do mínimo existencial.

Diante do exposto, nego provimento ao presente agravo de instrumento, mantendo-se a multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), e... caso de descumprimento judicial.

É como voto.

Recife, 17 de 06 de 2014

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator